



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

PROCESSO SEI 2018.014084

**1º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 025/2017 – MP/PGJ**

1º Termo de Contrato Administrativo n.º 025/2017 – MP/PGJ, que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e empresa **EYES NWHERE SISTEMAS INTELIGENTES DE IMAGEM LTDA**, visando à prestação de serviços de acesso à internet.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995 – Nova Esperança, 69.037-473, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Exmo. Sr. **Mauro Roberto Veras Bezerra**, residente e domiciliado em Manaus/AM, portador do documento de identidade n.º 553213 - SESEG/AM e inscrito no CPF (MF) sob o n.º 04.477.782/0001-05, e a empresa **EYES NWHERE SISTEMAS INTELIGENTES DE IMAGEM LTDA**, localizada na Av. Ephigênio Salles, 711, Parque 10, 69055-736, @ Manaus/AM, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 07.244.008/0002-23, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada legalmente pelo Sr. **José Ricardo Ferreira**, portador da cédula de identidade n.º 19.186.087 - SSP/SP e inscrito no CPF (MF) sob o n.º 137.615.128-64, residente e domiciliado em Manaus/AM, e tendo em vista o que consta no Processo SEI 2018.014084, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do Pregão Eletrônico n.º 4.008/2017 – CPL/MP/PGJ (2017.000709), resolvem firmar o **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 025/2017 – MP/PGJ**, nos termos da Lei n.º 8.666/1993 e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente instrumento tem por objeto a **prorrogação**, por 3 (três) meses, da vigência do Contrato Administrativo n.º 025/2017 – MP/PGJ, firmado entre as partes



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

PROCESSO SEI 2018.014084

**1º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 025/2017 – MP/PGJ**

em 27 de outubro de 2017, nos termos previstos em sua Cláusula Décima Sexta – Da Vigência e de acordo com o art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO ADITIVO:

O valor do presente instrumento é de **R\$ 30.634,80**, a ser executado em 3 (três) parcelas mensais de **R\$ 10.211,60 (dez mil, duzentos e onze reais e sessenta centavos)**, conforme descrito na tabela abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	U.M.	PREÇO UNITÁRIO	MESES	VALOR MENSAL	VALOR 3 MESES
1	1	Serviço de acesso IP - internet dedicada Procuradoria Geral de Justiça – PGJ/AM		Mbps	10.211,60	3	10.211,60	30.634,80
	2	Serviço de Instalação	1	Und	-	-	-	-
VALOR TOTAL								30.634,80

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas com a execução do presente contrato correrão, no presente exercício, à conta da seguinte dotação orçamentária: **Unidade Gestora:** 03101 – Procuradoria Geral de Justiça; **Unidade Orçamentária:** 03101 – Procuradoria Geral de Justiça; **Programa de Trabalho:** 03.122.0001.2001.0001 – Administração da Unidade; **Fonte:** 0100 - Recursos Ordinários; **Natureza da Despesa:** 33904004 – Comunicação de Dados, tendo sido emitida, pela CONTRATANTE, em 25/10/2018, a Nota de Empenho n.º 2018NE01228, no valor de **R\$ 21.784,75 (vinte e um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e setenta e cinco centavos)**.



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

PROCESSO SEI 2018.014084

**1º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 025/2017 – MP/PGJ**

Parágrafo único. No exercício seguinte, o valor de **R\$ 8.850,05 (oito mil, oitocentos e cinquenta reais e cinco centavos)**, relativo ao complemento do contrato, será empenhado à conta de dotações consignadas para o orçamento vindouro.

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA:

Nos termos do art. 56 da Lei n.º 8.666/93, para segurança do integral cumprimento deste termo aditivo, a **CONTRATADA** apresentará garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias de sua assinatura, a garantia contratual devidamente prorrogada, devendo ainda ter validade de 3 (três) meses após a vigência do contrato, em obediência ao disposto no art. 35, parágrafo único, da IN 02/2008.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** deverá seguir o disposto na cláusula décima quinta do contrato original.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA:

O prazo de vigência estabelecido na cláusula décima sexta do contrato original fica prorrogado por mais **3 (três) meses**, compreendendo o período de **27 de outubro de 2018 a 27 de janeiro 2019**, podendo ser prorrogado, através de termo aditivo, nos termos do art. 57 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo único. A prestação dos serviços objeto deste instrumento ocorrerá **até que seja finalizada a instalação dos serviços decorrentes do Pregão Eletrônico n.º 4.029/2018 – CPL/MP/PGJ**. Assim, após os serviços decorrentes do referido pregão serem ativados e disponibilizados para uso, as partes concordam em rescindir o presente ajuste, devendo a **CONTRATANTE** comunicar a denúncia à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO:

A publicação do presente Termo Aditivo, no Diário Oficial do Estado do Amazonas e/ou no Diário Eletrônico do Ministério Público do Amazonas, será



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

PROCESSO SEI 2018.014084

**1º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 025/2017 – MP/PGJ**

providenciada pela **CONTRATANTE**, sob a forma de extrato, nos termos do parágrafo único, do art. 61, da Lei n.º 8.666/1993 e/ou do Ato PGJ n.º 082/2012.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO:

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo n.º 025/2017 – MP/PGJ, de 27 de outubro de 2017, e de seus aditivos, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Termo Aditivo.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (dois) vias, de igual teor e para um único efeito, todo o ato presente, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se a cumprir e fazer cumprir o presente contrato, em juízo ou fora dele.

Manaus (Am.), 26 de outubro de 2018.

CONTRATANTE:

MAURO ROBERTO VERAS BEZERRA

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

CONTRATADA:

JOSÉ RICARDO FERREIRA

Representante Legal da Empresa

Eyes Nwhere Sistemas Inteligentes de Imagem Ltda.

TESTEMUNHAS:

1.

Nome:

Kátia Renata da Silva

RG:

Chefe da Divisão de Contratos e Convênios

CPF:

Matrícula: 575-4B

2.

Nome:

LIGIAMARIA O. SENA

RG:

RG: 2812718 - SP/PA

CPF:

CPF: 571.907.632-87